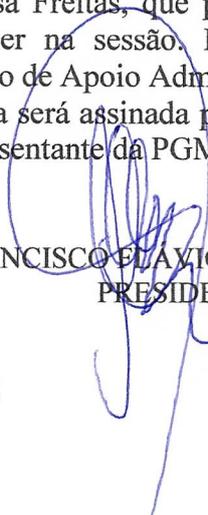


Ata de nº 142 (cento e quarenta e dois) da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF do município de São Luís/MA, realizada em 02/10/2023.

Às catorze horas e trinta minutos do segundo dia do mês de outubro de 2023, na sala de reuniões José Andrade de Souza, do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF de São Luís - MA, situada à Rua do Egito, nº 283, Centro, prédio da SEMFAZ- Primeiro Andar, reuniu-se esta 2ª Câmara do Tribunal, em sessão ordinária, sob a presidência do conselheiro Francisco Flávio Farias Filho. Estavam presentes os conselheiros Manfrini Pereira Freire, Ana Rute Rocha Nunes, Renan dos Santos Guedes, Omar Furtado de Matos e o doutor Marcelo Duailibe Costa, representante da Procuradoria Geral do Município na 2ª Câmara deste Tribunal. Dando início à sessão, o Presidente desejou uma boa tarde a todos. Logo após, foi procedida a oração do Pai Nosso pela Conselheira Ana Rute Rocha Nunes. Continuando, o presidente colocou em apreciação a Ata de n.º 141 desta Câmara, que após apreciação foi aprovada por unanimidade. Logo após foi colocado em sorteio o processo nº 3.893/2017 (Anexo nº 591/2018) - CAIXA DE ASSISTENCIA DO BANCO DO BRASIL, distribuído à Conselheira Ana Rute Rocha Nunes. Prosseguindo, a Coordenadora de Apoio Administrativo do TARF, informou que os processos a serem julgados teve como agente fiscalizador o conselheiro Manfrini Pereira Freire, onde fora necessária a convocação do seu suplente, sendo o conselheiro Omar Furtado de Matos. Assim, o presidente colocou em julgamento o processo nº 74.600/2021 (anexo nº 54847/2022) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, sendo Recurso Voluntário, tendo como Relatora a Conselheira Ana Rute Rocha Nunes. Dito isto, solicitou a relatora que realizasse a leitura do seu relatório. Finalizada a leitura, o presidente perguntou aos Conselheiros e ao Representante da Procuradoria Geral do Município se gostariam de sanar alguma dúvida quanto ao relatório, momento em que não manifestaram interesse. Continuando, o presidente solicitou a relatora que proferisse seu voto, o qual foi pronunciado nos seguintes termos: “Diante de todo o acima exposto, e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral do Município, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO, para se evitar a supressão de instância, uma vez que o recorrente não comprovou a tempestividade da impugnação. É como voto. ” Iniciada a fase de debates, os Conselheiros e o representante da Procuradoria Geral do Município não fizeram objeções ao voto. O presidente perguntou a Conselheira Relatora Ana Rute Rocha Nunes se manteria seu Voto, momento em que a Relatora respondeu afirmativamente. Iniciada a fase de votação, os Conselheiros acompanharam o voto da Relatora. Finalizando o julgamento, o presidente se pronunciou nos seguintes termos: “Esta 2ª Câmara decidiu, por unanimidade de votos, de acordo com o voto da Conselheira Relatora e parecer do representante da Procuradoria Geral do Município, em não conhecer do Recurso Voluntário. ” O presidente solicitou a Relatora que apresentasse sua proposta de Ementa, sendo esta da seguinte forma: “EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO QUANDO O RECORRENTE NÃO COMPROVA A TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA. MANTIDA A DECISÃO DE BASE. ”, que após apreciação foi aprovada por unanimidade. Continuando, o presidente colocou em julgamento o processo nº 74.604/2021 (anexo nº 54850/2022) - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, sendo Recurso Voluntário, tendo como Relatora a Conselheira Ana Rute Rocha Nunes. Dito isto, solicitou a relatora que realizasse a leitura do seu relatório. Finalizada a leitura, o presidente perguntou aos Conselheiros e ao Representante da Procuradoria Geral do Município se gostariam de

Manfrini

sanar alguma dúvida quanto ao relatório, momento em que não manifestaram interesse. Continuando, o presidente solicitou a relatora que proferisse seu voto, o qual foi pronunciado nos seguintes termos: "Diante de todo o acima exposto, e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral do Município, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO, para se evitar a supressão de instância, uma vez que o recorrente não comprovou a tempestividade da impugnação. É como voto." Iniciada a fase de debates, os Conselheiros e o representante da Procuradoria Geral do Município não fizeram objeções ao voto. O presidente perguntou a Conselheira Relatora Ana Rute Rocha Nunes se manteria seu Voto, momento em que a Relatora respondeu afirmativamente. Iniciada a fase de votação, os Conselheiros acompanharam o voto da Relatora. Finalizando o julgamento, o presidente se pronunciou nos seguintes termos: "Esta 2ª Câmara decidiu, por unanimidade de votos, de acordo com o voto da Conselheira Relatora e parecer do representante da Procuradoria Geral do Município, em não conhecer do Recurso Voluntário." O presidente solicitou a Relatora que apresentasse sua proposta de Ementa, sendo esta da seguinte forma: "EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO NÃO CONHECIDO QUANDO O RECORRENTE NÃO COMPROVA A TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA. MANTIDA A DECISÃO DE BASE.", que após apreciação foi aprovada por unanimidade. Finalizando, o presidente franqueou a palavra e como os Conselheiros e o representante da Procuradoria não manifestaram interesse em usar da palavra, agradeceu a presença e participação de todos e deu por encerrada a sessão. O presidente justificou a ausência do conselheiro Antonio de Sousa Freitas, que por motivo de viagem para uma consulta médica não pôde comparecer na sessão. Eu, Maria Marcelina da Silva Cardoso, Coordenadora da Coordenação de Apoio Administrativo do TARF, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim,-----pelo senhor presidente, demais conselheiros e o representante da PGM.


FRANCISCO CLÁUDIO FARIAS FILHO
PRESIDENTE


MANFRINI PEREIRA FREIRE


RENAN DOS SANTOS GUEDES


ANA RUTE ROCHA NUNES

OMAR FURTADO DE MATOS
Suplente


MARCELO DUAILIBE COSTA
Representante da PGM - 2ª Câmara